



VISTA ALEGRE ATLANTIS - SGPS, SA

Sociedade aberta
Sede: Largo do Barão de Quintela, n.3 – 1º- 1200-046 Lisboa
Matriculada na Conservatória do R. C. de Lisboa sob o n. 466
Capital Social: 53.954.745 Euros
Pessoa Colectiva n. 500.978.654

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DO

PRIMEIRO SEMESTRE DE 2002

**SISTEMA DE DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO DA CMVM
N. 3 do Art. 8º-A do Regulamento 13/2002 da CMVM**

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no n. 3 do artigo 250º do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas semestrais individuais.

Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis, para consulta, juntamente com os restantes, na sede desta Sociedade

Este Relatório contém 24 páginas.

VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA

(Sociedade Aberta)

Largo Barão de Quintela, 3 – 1º 1200-046 Lisboa

Contribuinte 500 978 654 • Capital Social 53.954.745 Euro • C.R.Comercial Lisboa 466

Relatório Consolidado de Gestão do 1º Semestre 2002

Senhores Accionistas,

Nos termos da legislação aplicável, o Conselho de Administração da VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA vem apresentar o Relatório e Contas Consolidadas do Grupo relativos ao 1º semestre do ano 2002.

1. Envolvente Macroeconómica

Na sequência da tendência que se manifesta desde o segundo semestre de 2000, os indicadores semestrais disponíveis sobre a economia portuguesa apontam para uma desaceleração da procura interna e externa.

Com efeito, o consumo privado tem registado crescimentos mínimos e degressivos e o investimento tem vindo a diminuir, debilitando a economia nacional. Também não se prevê que as exportações possam alterar a situação conjuntural interna uma vez que a persistência do abrandamento da economia mundial deverá ser demorada e acentuada do que o inicialmente estava previsto. Por outro lado a taxa de inflação portuguesa tem vindo a subir ao longo dos últimos meses cifrando-se nos 4,1% (média) em Junho, retirando competitividade às exportações.

As previsões apontam para um crescimento anual do Produto Interno Bruto de 2% ou seja inferior ao registado em 2000 (+3,2%), denotando claramente o abrandamento da economia portuguesa.

Em termos internacionais, o crescimento real do PIB, nomeadamente na Zona Euro, não ultrapassará os 50% da taxa registada no período homólogo do ano de 2000.

2. Universo de Consolidação

Durante o ano 2001 realizou-se uma reestruturação profunda ao nível da estrutura de participações dos anteriores Grupos Vista Alegre e Atlantis, que resultou num processo de fusões e cisões já enumerados nos respectivos relatórios semestral e anual do Grupo VAA - Vista Alegre Atlantis.

Por este motivo, os mapas financeiros consolidados do 1º semestre de 2001 da VAA - Vista Alegre Atlantis (VAA) não incluem todos os negócios semestrais dos anteriores Grupos Vista Alegre e Atlantis, dado que a Atlantis e a Crisal, na sua forma jurídica actual, só iniciaram a sua actividade em

1 de Maio 2001 e, consequentemente, os proveitos e os custos das actividades adstritas a estas duas novas sociedades, referentes ao primeiro quadrimestre de 2001, ficaram incluídos na ex-Atlantis-Cristais de Alcobaça, S.A, que veio a fundir-se com a actual VAA.

Desta forma, os resultados do primeiro semestre de 2002 não são directamente comparáveis com os apresentados no 1º semestre de 2001, pelo que, com vista a uma mais correcta apreciação dos negócios actualmente integrados no Grupo Vista Alegre Atlantis, as análises às contas efectuadas neste relatório baseiam-se em mapas construídos especificamente para o efeito, que traduzem a real evolução dos negócios e do Grupo como se a fusão já tivesse tido efeito em todo o primeiro semestre de 2001.

3. Evolução da Actividade

O Grupo VAA apresentou no 1º semestre de 2002 vendas consolidadas de 62,6 milhões de euros mais 2,3% que em igual período do ano anterior. O mercado interno cresceu 5,4%, enquanto que o mercado externo apresentou uma ligeira quebra de 0,7% no volume de negócios.

Vendas por Mercado	1º SEM 2002	1º SEM 2001
Mercado Interno	31.850	30.206
Mercado Externo	30.747	30.955
TOTAL CONSOLIDADO	62.598	61.161

Valores em Milhares de Euros

3.1. “Core Business”

Considera-se “core-business” a actividade industrial da porcelana, faiança, cristal e vidro manual e também toda a rede de retalho próprio do Grupo VAA constituída pelas lojas Vista Alegre, Lojas Atlantis, Lojas Casa Alegre e Lojas de Fábrica.

No “Core Business”, o volume de negócios consolidado foi de 39,6 milhões de euros, o que significa um decréscimo de 0,8% face ao 1º semestre de 2001.

Apesar desta diminuição, o retalho próprio teve um crescimento da ordem dos 8,5%, quase todo ele concentrado em Portugal. Quanto aos restantes canais, nomeadamente retalho independente e armazenistas, registaram-se quebras nos níveis de facturação quando comparados com o 1º semestre de 2001. A significativa redução da procura interna neste sector esteve na origem deste comportamento.

3.2. Não “Core Business”

Os negócios não incluídos no core-business são os correspondentes às empresas Crisal (produção de vidro automático, Cerexport (produção de louça de forno em porcelana e em grés) e Cerisol (produção de isoladores cerâmicos).

No 1º semestre de 2002 o volume de facturação destas três empresas atingiu os 23 milhões de euros, ou seja mais 8,3% que em igual período do ano anterior. A Crisal apresentou um crescimento das vendas de 10,3%, a Cerisol 15,2% e a Cerexport um decréscimo de 2,8%.

Vendas por Mercado	1º SEM 2002	1º SEM 2001
Mercado Interno	5.532	5.224
Mercado Externo	17.435	15.977
TOTAL CONSOLIDADO	22.968	21.201

Valores em Milhares de Euros

4. Investimentos

No 1º semestre de 2002 os investimentos realizados totalizaram cerca de 7,3 milhões de Euros, sendo de destacar os seguintes:

- Continuação do projecto de integração do sector da porcelana de mesa e decorativa, que visa a redefinição de todo o layout de produção das fábricas da Vista Alegre (800 mil euros);
- Upgrade do sistema informático e integração total do mesmo em mais duas empresas do Grupo VAA (450 mil euros);
- Recuperação de áreas sociais, principalmente o refeitório da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre (500 mil euros);
- Projecto logístico, que veio concentrar vários armazéns num único espaço, com distribuição centralizada do produto permitindo uma melhoria no serviço ao cliente (300 mil euros);
- Novas lojas Atlantis (450 mil euros);
- Início da reconstrução do forno eléctrico na Atlantis (240 mil euros);
- Início da reestruturação da zona fria na Atlantis (290 mil euros);
- Novos moldes para fabrico de vidro automático (385 mil euros);
- Projecto de flexibilização da produção do vidro manual (367 mil euros);
- Continuação do projecto de concentração industrial das duas unidades industriais da Cerexport, que até ao final de 2001 estavam fisicamente separadas, permitindo gerar economias significativas em todas as áreas da empresa (1,3 milhões de euros);
- Aquisição de um novo forno para a Cerisol, cujo objectivo é aumentar a capacidade de produção nos isoladores satisfazendo assim a elevada carteira de encomendas que a empresa detém neste tipo de produto (500 mil euros).

5. Evolução Económica e Financeira

O Grupo VAA apresentou no 1º semestre de 2002 um prejuízo de 4,4 milhões de euros, valor idêntico ao registado nas contas comparáveis do período homólogo do ano anterior.

Por outro lado o resultado operativo foi positivo em 8 milhões de euros, o que representa um crescimento de 40% face ao valor alcançado na primeira metade do ano 2001. Esta evolução bastante positiva deve-se à importante contenção de custos que tem vindo a ser feita em todas as empresas, sem prejudicar o nível de vendas e produção que registou um crescimento de 4%.

Apesar do aumento nos níveis de produção no Grupo VAA, os consumos decresceram cerca de 1% . Este comportamento resulta das melhorias que têm vindo a ser obtidas ao nível da produtividade, da melhoria dos índices de qualidade nas empresas industriais e da gestão centralizada das compras, que actualmente abrange todas as empresas do Grupo VAA.

Como consequência do processo de reestruturação em curso, o número de pessoas do Grupo VAA tem vindo a diminuir, principalmente nas áreas industriais do cristal, vidro manual e porcelana. Contudo a rubrica de custos com pessoal apresenta um incremento de 2,7% resultante de horas extraordinárias, em períodos específicos, na área industrial e, na Atlantis e na Crisal, de aumentos salariais superiores em dois pontos percentuais ao orçamentalmente previsto.

Resultados Consolidados Comparáveis ⁽¹⁾

	1º Sem 02	1º Sem 01	Var
Vendas	62.598	61.161	2%
Var Prod	7.682	6.671	15%
Sub total	70.280	67.831	4%
C. Vendas	16.865	16.978	-1%
Pessoal	29.385	28.612	3%
Outros Custos – Prov	16.022	16.532	-3%
Sub total	62.272	62.122	0%
R Operativo	8.008	5.710	40%
Amortizações	9.170	8.108	13%
Provisões	1.198	137	776%
R Operacional	-2.360	-2.535	-7%
R. Financeiros	-3.215	-3.514	-9%
R Ext	124	-6	---
Int Minoritários	2	47	-96%
RAI	-5.449	-6.008	-9%
IRC estimado	-1.086	-1.650	-34%
RES LÍQ	-4.363	-4.358	0%
CASH FLOW	6.005	3.887	54%

(1) Valores em Milhares de Euros

Os Outros Custos (líquidos de outros proveitos) baixaram 3%, cujo decréscimo, em parte, se ficou a dever a menor subcontratação externa de produtos que, no 1º semestre de 2001, ainda representou cerca de 715 mil euros. Por outro lado registou-se um crescimento dos custos de conservação e manutenção de equipamentos e instalações, fruto de toda a reorganização industrial em curso e de um pequeno incêndio numa das secções industriais da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre.

As amortizações cresceram 13%, fruto das reavaliações efectuadas no final de 2001, que provocam um aumento de 857 mil euros no 1º semestre de 2002. Se este efeito for retirado o aumento é de apenas 2,5% que se justifica pelo nível de investimentos que tem vindo a ser realizado.

Ao nível das provisões têm vindo a ser reconhecidos custos de especialização mensal na ordem dos 200 mil euros.

Os resultados financeiros, devido essencialmente à baixa das taxas de juro de mercado, evidenciam um decréscimo de 9%. Com efeito a dívida bancária (líquida de Caixa e Bancos) do Grupo VAA cifrou-se em 131,6 milhões de euros à data de 30.06.2002, mais 1,5 milhões de euros que em 30.06.2001. Este aumento da dívida justifica-se pelos investimentos já realizados e pelo pagamento de indemnizações que tem vindo a ser feito.

Empréstimos	30/06/2002	31/12/2001	30/06/2001
Grupo VAA	131.639	123.074	130.152

Valores em milhares de euros

6. Perspectivas

Tal como referimos no nosso relatório de gestão referente ao exercício de 2001, tendo em conta a evolução previsível do enquadramento macroeconómico e o processo de reestruturação em curso, o exercício de 2002 será um exercício de consolidação dos negócios e da estrutura do Grupo, mas não será ainda o ano em que se verificará a grande inversão de resultados. No entanto, a forma enérgica e determinada com que se está a actuar nas áreas de contenção de custos e dinamização de vendas permitem esperar melhorias significativas relativamente ao exercício de 2001.

Lisboa, 12 de Setembro de 2002

O Conselho de Administração

Balanço Analítico Consolidado (Activo)

(€)

Rubricas	30/6/2002		30/6/2001	
	Activo bruto	Amort/Prov	Activo líquido	Activo líquido
IMOBILIZADO:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	7.069.727,09	4.912.098,27	2.157.628,82	3.027.364,05
Despesas de investig. e desenvolvimento	4.952.629,88	4.103.401,45	849.228,43	881.485,62
Propriedade industrial e outros direitos	1.545.988,09	628.780,27	917.207,82	1.048.403,35
Trespases	1.237.853,16	85.793,24	1.152.059,92	1.507.701,44
Imobilizações em curso	237.783,20		237.783,20	44.836,94
Diferenças de consolidação				50.138.296,70
	15.043.981,42	9.730.073,23	5.313.908,19	56.648.088,11
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	22.334.874,07		22.334.874,07	5.009.831,31
Edifícios e outras construções	80.740.996,49	36.627.262,62	44.113.733,87	28.674.698,98
Equipamento básico	106.951.929,57	74.433.000,13	32.518.929,44	34.442.837,76
Equipamento de transporte	2.960.325,71	2.167.788,73	792.536,98	958.210,71
Ferramentas e utensílios	14.825.849,06	11.746.471,93	3.079.377,13	2.480.746,40
Equipamento administrativo	13.161.097,38	9.030.974,53	4.130.122,85	4.807.962,81
Outras imobilizações corpóreas	2.304.783,91	839.145,36	1.465.638,55	1.311.110,22
Imobilizações em curso	5.093.222,30		5.093.222,30	6.069.592,28
	248.373.078,49	134.844.643,30	113.528.435,19	83.754.990,47
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas associadas	5.580.682,78	70.632,27	5.510.050,51	6.112.099,84
Títulos e outras aplicações financeiras	10.704.792,90	2.061.934,39	8.642.858,51	816.402,47
	16.285.475,68	2.132.566,66	14.152.909,02	6.928.502,31
CIRCULANTE:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.558.497,38	2.538.987,78	7.019.509,60	7.554.284,18
Produtos e trabalhos em curso	2.598.399,88	97.261,52	2.501.138,36	2.513.642,12
Subprodutos, desperdícios e refugos			0,00	76.874,73
Produtos acabados e intermédios	41.161.673,46	6.418.868,24	34.742.805,22	32.339.392,07
Mercadorias	7.241.783,63	1.690.595,05	5.551.188,58	7.301.972,25
	60.560.354,35	10.745.712,59	49.814.641,76	49.786.165,34
Dívidas de terceiros-Curto prazo:				
Clientes, c/c	32.252.195,73	158.263,09	32.093.932,64	30.010.330,10
Clientes de cobrança duvidosa	4.914.429,55	4.914.429,55		
Empresas participadas e participantes	735.156,49		735.156,49	286.324,96
Adiantamentos a fornecedores	1.270.112,10		1.270.112,10	763.953,87
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	38.396,45		38.396,45	60.803,46
Estado e outros entes públicos	4.721.430,63		4.721.430,63	3.576.949,55
Outros devedores	7.307.930,06	5.119.120,57	2.188.809,49	5.042.342,95
	51.239.651,01	10.191.813,21	41.047.837,80	39.740.704,90
Títulos negociáveis				
Outros títulos negociáveis	10.902,50		10.902,50	10.903,72
	10.902,50		10.902,50	10.903,72
Depósitos bancários e caixa				
Depósitos bancários	3.184.304,69		3.184.304,69	1.789.971,17
Caixa	105.033,86		105.033,86	200.057,86
	3.289.338,55		3.289.338,55	1.990.029,03
ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS:				
Acréscimos de proveitos	1.372.249,01		1.372.249,01	830.110,28
Custos diferidos	1.379.901,86		1.379.901,86	2.633.403,50
Activos por impostos diferidos	15.367.224,92		15.367.224,92	4.893.611,40
	18.119.375,79		18.119.375,79	8.357.125,18
Total das amortizações		144.574.716,53		
Total das provisões		23.070.092,46		
Total do activo	412.922.157,79	167.644.808,99	245.277.348,80	247.216.509,06

Balanço Analítico Consolidado (Capital Próprio e Passivo)

(€)		
Rubricas	30/6/2002	30/6/2001
CAPITAL PRÓPRIO:		
Capital	53.954.745,00	53.954.745,00
Acções próprias:		
Valor nominal	-690,00	-683,00
Prémios	-1.163,39	-1.157,56
Prémios de emissão de acções	19.258.253,72	19.258.254,00
Ajustamento de partes de capital	-846.295,11	199,50
Diferenças de consolidação	-59.425.748,89	-23.939.884,88
Reservas de reavaliação	807.551,60	1.083.458,86
Reservas		
Reservas legais	3.081.914,81	2.835.167,25
Outras reservas	879.545,21	879.545,00
Resultados transitados	27.661.386,98	11.469.368,82
Resultado líquido do exercício	-4.362.522,76	-4.011.108,23
	41.006.977,17	61.527.904,76
INTERESSES MINORITÁRIOS:		
Interesses minoritários	104.118,07	
	104.118,07	
PASSIVO:		
Provisões para riscos e encargos:		
Provisões para pensões	2.779.776,94	3.166.503,73
Provisões para outros riscos e encargos	4.354.496,29	8.847.776,86
	7.134.273,23	12.014.280,58
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis	14.970.000,00	18.206.123,24
Dívidas a instituições de crédito	13.965.300,35	19.555.625,94
Outros empréstimos obtidos - Pedip	4.878.903,81	9.396.833,63
Fornecedores de imobilizado	195.125,99	229.661,52
	34.009.330,15	47.388.244,33
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis	7.485.000,00	14.963.936,91
Dívidas a instituições de crédito	91.628.786,23	70.019.931,96
Outros empréstimos obtidos - Pedip	2.000.146,89	
Fornecedores, c/c	20.085.348,94	14.010.614,42
Empresas participadas e participantes	4.730.357,05	4.712.607,62
Outros accionistas	136.913,80	775.346,42
Adiantamentos de clientes	704.800,25	651.559,74
Fornecedores de imobilizado	2.385.605,22	1.918.920,40
Estado e outros entes públicos	5.564.228,88	3.238.824,43
Outros credores	5.012.361,82	3.718.562,10
	139.733.549,08	114.010.304,00
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
Acréscimos de custos	10.520.122,77	10.297.243,64
Proveitos diferidos	1.470.002,43	1.463.792,26
Passivos por impostos diferidos	11.298.975,90	514.739,48
	23.289.101,10	12.275.775,38
Total do passivo	204.166.253,56	185.688.604,30
Total do capital próprio e do passivo	245.277.348,80	247.216.509,06

Demonstração dos Resultados Consolidados por Naturezas

(€)

Rubricas	1º Semestre 2002		1º Semestre 2001	
CUSTOS E PERDAS				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		16.864.518,37		13.222.613,50
Fornecimentos e serviços externos		17.292.555,07		12.784.334,75
Custos com o pessoal:				
Remunerações	22.668.730,48		17.414.984,89	
Encargos sociais:				
Outros	6.716.473,54	29.385.204,02	5.954.085,65	23.369.070,54
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	9.169.917,63		5.846.041,04	
Provisões	1.078.068,11	10.247.985,74	136.750,43	5.982.791,47
Impostos	234.302,10		166.154,57	
Outros custos e perdas operacionais	166.756,78	401.058,88	257.693,96	423.848,53
(A)		74.191.322,08		55.782.658,79
Amortizações e provisões de investimentos financeiros	119.579,47		124,70	
Juros e custos similares:				
Outros	3.642.325,31	3.761.904,78	3.515.632,33	3.515.757,03
(C)		77.953.226,86		59.298.415,82
Custos e perdas extraordinários		6.545.131,69		26.997.655,65
(E)		84.498.358,55		86.296.071,47
Imposto sobre o rendimento do exercício		-1.086.358,77		-1.650.198,02
(G)		83.411.999,78		84.645.873,44
Interesses minoritários		-1.690,19		-47.006,71
Resultado líquido do exercício		-4.362.522,76		-4.011.108,23
		79.047.786,83		80.587.758,50
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas de produtos e mercadorias	62.597.947,07		48.030.192,24	
Prestações de serviços	31.209,23	62.629.156,30	148.487,15	48.178.679,38
Variação da produção		7.681.673,89		4.266.692,27
Trabalhos para a própria empresa		125.413,95		60.963,08
Proveitos suplementares	1.070.688,06		388.254,31	
Subsídios à exploração	435.923,60		89,78	
Outros proveitos e ganhos operacionais	8.304,10	1.514.915,76	91.973,34	480.317,43
(B)		71.951.159,90		52.986.652,17
Rendimentos de participações de capital				
Outros	4.688,11		3.232,21	
Rendimentos de títulos negociáveis e outros aplic financeiras:				
Outros	27.772,96		29.528,84	
Outros juros e proveitos similares				
Outros	394.819,84	427.280,91	548.627,81	581.388,85
(D)		72.378.440,81		53.568.041,02
Proveitos e ganhos extraordinários		6.669.346,02		27.019.717,48
(F)		79.047.786,83		80.587.758,50
Resumo:				
Resultados operacionais (B-A)		-2.240.162,18		-2.796.006,62
Resultados financeiros (D-B)-(C-A)		-3.334.623,87		-2.934.368,17
Resultados correntes (D-C)		-5.574.786,05		-5.730.374,80
Resultados antes de impostos (F-E)		-5.450.571,72		-5.708.312,97
Resultado líquido do exercício e interesses minoritários(F-G)		-4.364.212,95		-4.058.114,94

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

O presente Anexo às contas consolidadas da VAA-Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A referentes ao primeiro semestre de 2002, foi elaborado de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 238/91 de 2/7 e com as alterações que, posteriormente, lhe foram introduzidas, pelo que, na numeração de cada uma das notas, respeitou-se a ordem apresentada naquele normativo legal.

I – INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

1. Além da empresa mãe, foram incluídas na consolidação as sociedades constantes do mapa junto utilizando-se, para o efeito, o método da consolidação integral, com base nas alíneas a) e b) do nº 1 do DL nº 238/91 de 2/7 e tendo em conta o nº 2 do mesmo artigo do citado DL.

Empresas do Grupo

Participada e sua sede	% de participação-30/6/02			Participada em 30/6/02 (10 ³ €)	
	Directa	Indirecta	Total	Situaç. Líquida	Resultado
V.A.Grupo-Vista Alegre Participações, S.A Largo Barão de Quintela, 3-1º - Lisboa	99,30		99,30	14.874,0	-241,5
INTERDECAL-Soc Internacional de Decalques, Lda Vista Alegre - Ílhavo	100,00		100,00	1.240,0	118,8
VISTA ALEGRE-Louças, Vidros e Utilidades, Lda Largo Barão de Quintela, 3-1º - Lisboa	100,00		100,00	1.045,3	-410,5
CERISOL-Isoladores Cerâmicos, S.A Candal - Vila Nova de Gaia	100,00		100,00	2.983,2	360,5
VA-Vista Alegre España, S.A P.Industrial S.J. - C/Mercurio, 5 - Madrid	100,00		100,00	707,4	-333,0
CASA ALEGRE-Porcelanas e Faianças, Lda Largo Barão de Quintela, 3-1º - Lisboa	100,00		100,00	-589,8	-473,8
V.A. Comercial, Lda Largo Barão de Quintela, 3-1º - Lisboa	100,00		100,00	495,9	-0,5
Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, S.A Chousa Nova - Ílhavo	100,00		100,00	22.131,5	474,3
CEREXPORT-Cerâmica de Exportação, S.A Zona Industrial - Esgueira - Aveiro	100,00		100,00	9.074,8	-532,2
Faianças da Capoa-Indústria de Cerâmica, Lda Rua Buragal - Aradas - Aveiro	100,00		100,00	2.928,5	7,9
Vista AlegreE, GmbH Robert Bosch - Strasse, 10 - Germany	100,00		100,00	-51,6	-403,9
Porcelana Vista Alegre (Brasil), Ltd Porto Alegre - Brasil	99,70	0,30	100,00	3.639,3	-261,5
Atlantis - Cristais de Alcobaça, S.A Casal Areia-Cós-Alcobaça	100,00		100,00	8.378,4	-1.918,5
Crisal-Cristalaria Automática, S.A Casal Areia-Cós-Alcobaça	100,00		100,00	18.538,9	142,8
Atlantis Roma, Lda Casal Areia-Cós-Alcobaça	100,00		100,00	-45,9	8,3

2. Não foram excluídas da consolidação quaisquer sociedades ao abrigo do artigo 4º do DL 238/91.

3. Na rubrica empresas associadas, está incluída uma participação de 25% no capital da empresa de direito inglês Royal Worcester and Spod, Ltd com o valor de balanço de 5.422,8 milhares de euros, após equivalência patrimonial
4. As participações, directas e indirectas, que não se enquadram nos artigos 1º e 2º do DL referido na nota anterior, estão apresentadas pelo valor de aquisição e provisionadas nos casos necessários.
5. Todas as empresas incluídas na consolidação foram integradas pelo método da consolidação integral.
7. O número médio de trabalhadores ao serviço das empresas incluídas na consolidação, durante o primeiro semestre de 2002, foi de 3.745 pessoas, assim distribuídas por sociedades:

Evolução do Quadro de Pessoal

Empresas	Número Estático				Média 1º
	31/12/99	31/12/00	31/12/01	30/6/02	Sem/02
Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, S.A	1.944	1.853	1.609	1.593	1.601
Porcelana Vista Alegre do Brasil, Ltda	198	226	180	167	174
CEREXPORT-Cerâmica de Exportação, S.A	426	384	354	346	350
INTERDECAL-Sociedade Internacional de Decalques, Lda	70	65	59	60	60
CERISOL-Isoladores Cerâmicos, S.A	164	157	152	148	150
VA-Vista Alegre España, S.A	29	30	32	30	31
Vista Alegre GmbH	28	31	30	30	30
VISTA ALEGRE-Louças, Vidros e Utilidades, Lda	153	169	145	159	152
CASA ALEGRE-Porcelanas e Faianças, Lda	105	119	109	107	108
Atlantis - Cristais de Alcobaça, S.A	895	882	745	737	741
Crisal-Cristalaria Automática, S.A	373	362	346	351	349
Totais	4.385	4.278	3.761	3.728	3.745

II – INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

8. O plano Oficial de Contabilidade permite a derrogação das disposições das normas de consolidação nos casos em que elas sejam incompatíveis com uma adequada apresentação da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

Com a entrada em vigor da Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho, as Empresas passaram a ser obrigadas a apresentar demonstrações financeiras consolidadas e a adoptar determinado tratamento contabilístico para amortizar as diferenças entre o valor de aquisição das suas participações e a correspondente proporção nos capitais próprios das participadas (diferenças de consolidação). Efectivamente a Empresa optou, desde o início, por apresentar as diferenças de primeira consolidação no activo imobilizado incorpóreo, as quais nunca foram objecto de qualquer amortização, procedimento que, aliás, foi objecto de reparo sistemático por parte do Fiscal Único. Reapreciado o assunto, entendeu o Conselho de Administração ser oportuno proceder, no encerramento do exercício de 2001, à alteração do tratamento contabilístico que vinha sendo adoptado, passando-se a apresentar as diferenças de consolidação, na sua

totalidade, incluídas directamente no capital próprio, reduzindo, naquela data, o valor da situação líquida em cerca de 30,4 milhões de euros.

Como resultado de um estudo efectuado ao nível das diferentes empresas do Grupo relativamente à uniformização de uma política de provisões, baseada em critérios de prudência e objectividade, igualmente em 2001, a Administração concluiu pela necessidade de se proceder ao reforço extraordinário da generalidade das provisões para depreciação de existências e ao ajustamento específico das provisões para créditos de cobrança duvidosa e para riscos e encargos diversos, pelos valores considerados adequados e que constam da nota seguinte. As provisões para riscos e encargos diversos respeitavam, basicamente, a custos a suportar, em 2002, com a reestruturação que se encontra em curso nas várias sociedades do Grupo VAA, cuja quantificação teve por base as acções já decididas pela Administração.

À semelhança das práticas adoptadas noutros países, foi, em 2001, aprovada e divulgada a Directriz Contabilística nº 28 relativa ao tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento, a qual se encontra em consonância com a Norma Internacional de Contabilidade nº 12 do International Accounting Standards Board. Embora a referida Directriz só fosse de aplicação obrigatório aos exercícios que se iniciassem em, ou após, um de Janeiro de 2002, era facto que a mesma tinha passado a ser, facultativamente, adoptada por um grande número de empresas, logo que a Comissão de Normalização Contabilística procedeu à sua divulgação. Tendo em consideração que a adopção desta prática era compatível com o objectivo da imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados, a Administração entendeu ser do maior interesse a sua aplicação às contas do exercício de 2001, tendo, na ocasião, resultado um activo por impostos diferidos de 14,3 milhões de euros e um passivo por impostos diferidos de 11,3 milhões de euros, como se explica na nota seguinte.

O fenómeno inflacionista, que geralmente provoca e evidencia, entre outros efeitos, a subquantificação dos activos não monetários, bem como a valorização resultante dos projectos executados e dos projectos em curso, tem, no Grupo VAA, um extraordinário efeito, devido ao extenso património imobiliário detido, há vários anos, pelas diversas empresas do Grupo. Com o objectivo de obter uma imagem verdadeira e apropriada do activo e dos capitais próprios, deliberou o Conselho de Administração proceder, também no final do exercício de 2001, à revalorização contabilística dos imóveis tendo, para o efeito, observado os procedimentos constantes da Directriz Contabilística nº 16, no que se refere, designadamente, à contratação de avaliadores independentes e ao tratamento contabilístico do excedente obtido na sequência do processo de reavaliação.

9. Dos factos descritos na nota anterior resultaram os seguintes efeitos:

- a) Ao nível das diferenças de primeira consolidação, a alteração de critério (em 31/12/2001 e 30/6/2002, apresentação na situação líquida; nos semestres e nos exercícios anteriores, inclusão na rubrica de imobilizações incorpóreas) teve um efeito de redução do activo líquido e da situação líquida de 30,4 milhões de euros, como se explica no quadro seguinte.

Diferenças de primeira consolidação

Participada	Ano de aquisição	Valor (10 ³ €)
Faianças da Capoa-Indústria de Cerâmica, S.A	1998	8.693,1
Faianças da Capoa-Indústria de Cerâmica, S.A	2001	160,3
Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, S.A (QN)	1998	7.064,0
Vista Alegre, GmbH	1998	1.306,4
Vista Alegre-Louças, Vidros e Utilidades, Lda	1992	5.363,5
Cerisol-Isoladores Cerâmicos, S.A	1992	3.097,4
Interdec-al-Sopiedade Internacional de Decalques, Lda	1992	508,5
VA-Vista Alegre España, S.A	1992	25,0
VA-Vista Alegre España, S.A	1997	2.016,5
Porcelanas Vista Alegre do Brasil, Ltd	1999	692,2
Cerexport-Cerâmica de Exportação, S.A	1998	10.716,7
Cerexport-Cerâmica de Exportação, S.A	1999	47,7
Atlantis Roma-Comércio de Artigos para o Lar, Lda	2001	252,7
Atlantis-Cristais de Alcobaça, S.A	2001	381,2
Crisal-Cristalaria Automática, S.A	2001	-3.455,6
V.A.Grupo-Vista Alegre Participações, S.A	2001	-6.462,1
Total		30.407,5

- b) As diversas provisões foram reforçadas extraordinariamente em 19,7 milhões de euros, com a distribuição que se mostra no quadro seguinte

Reforço e evolução das provisões

(10³ €)

Rubricas	Evolução				Reforço em 2001
	31/12/00	30/6/01	31/12/01	30/6/02	
provisão para cobranças duvidosas	8.335	10.533	10.043	10.192	1.778
provisão para depreciação de existências	1.043	14.917	13.932	10.746	12.890
provisão para outros riscos e encargos :					
Para pensões de reforma	3.319	3.167	2.936	2.780	206
Para reestruturação	733	8.348	4.719	3.744	3.986
Para diversos	1	500	877	610	876
Total	13.431	37.465	32.507	28.072	19.736

A provisão para reestruturação destina-se a fazer face a dispêndios financeiros, a pagar em 2002, com projectos de reestruturação não produtiva, os quais já se encontravam quantificados e em curso em 2001. A estimativa do seu valor inicial baseou-se em dispêndios já ocorridos em 2001 com a implementação de acções com o mesmo carácter.

- c) O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento nos termos da Directriz Contabilística nº 28, isto é, o reconhecimento dos activos e dos passivos devidos a imposto sobre o rendimento diferido teve efeitos significativos nas contas consolidadas da VAA, isto é, no activo, no passivo e na situação líquida.

Efeito dos impostos diferidos

(10³ €)

Rubricas	30/6/01	31/12/01	30/6/02
Activos por impostos diferidos	4.893,6	14.270,0	15.367,2
Situação líquida:			
Reservas e resultados transitados	2.728,7	-5.142,1	2.981,9
Resultado líquido	1.650,2	8.124,0	1.086,4
Passivos por impostos diferidos	514,7	11.288,1	11.298,9

d) Do tratamento contabilístico da reavaliação dos imóveis do Grupo resultou, em 31/12/2001, um acréscimo do activo de 42,6 milhões de euros, um acréscimo na situação líquida (reserva de reavaliação) de 32,1 milhões de euros e um aumento do passivo por impostos diferidos de 10,5 milhões de euros. Em consequência da reavaliação dos edifícios resulta, durante cerca de 13 anos, um acréscimo anual de amortizações, não aceites fiscalmente, de cerca de 1.710 milhares de euros o que, atendendo a que já se reconheceu o correspondente passivo pelo imposto diferido, influenciará negativamente o resultado líquido em cerca de 1.164 milhares de euros.

Após as amortizações praticadas no primeiro semestre de 2002, comparativamente com 30/6/2001, o balanço consolidado em 30/6/2002, por efeito desta reavaliação, regista um acréscimo no activo de 41,7 milhões de euros, um aumento na situação líquida (reserva de reavaliação) de 31,5 milhões de euros e um incremento do passivo por impostos diferidos de 10,2 milhões de euros.

Efeitos da reavaliação dos imóveis (10³ €)

Rubricas	Acréscimo no activo	Reserva de reavaliação	Passivo impostos diferidos
1. Terrenos:			
Afectos à actividade	9.774,4	9.774,4	
Não afectos à actividade	10.113,3	6.909,9	3.203,4
2. Edifícios	21.870,5	14.871,9	6.998,6
Totais	41.758,2	31.556,2	10.202,0

III – INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

10. As diferenças de consolidação, expressas no mapa seguinte, correspondem à diferença entre os valores de aquisição das participações e a respectiva parte proporcional na situação líquida da participada na data considerada.

Explicação das diferenças de consolidação

(10³ €)

Rubricas	30/6/01	31/12/01	30/6/02
Vista Alegre-Louças, Vidros e Utilidades, Lda	4.477,4	4.497,5	5.501,8
Interdecal-Soc. Internacional de Decalques, Lda	36,6	54,5	164,1
VA-Vista Alegre España, S.A	2.434,9	2.434,9	2.290,6
Faianças da Capoa-Indústria de Cerâmica, S.A	10.085,9	7.888,9	8.759,3
Vista Alegre, GmbH	4.185,2	4.185,2	5.192,8
Cerisol-Isoladores Cerâmicos, S.A	2.603,2	2.402,1	2.694,5
Cerexport-Cerâmica de Exportação, S.A	22.938,8	20.157,7	22.597,3
Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, S.A	9.108,0	-1.409,5	4.996,2
Porcelana Vista Alegre Brasil, S.A	3.803,6	3.848,8	5.839,8
VA Comercial-Artigos Cerâmicos, Lda	-661,5	-566,1	-471,5
Casa Alegre-Porcelanas e Faianças, Lda	2.579,9	2.333,7	3.857,0
Atlantis Roma, Lda	318,7	252,7	306,9
Atlantis - Cristais de Alcobaça, S.A	3.632,6	381,6	7.310,2
Crisal-Cristalaria Automática, S.A	174,1	-3.455,6	-570,1
V.A.Grupo-Vista Alegre Participações, S.A	5.495,9	-6.462,1	-10.514,4
Margens iniciais de produtos de filiais	2.865,0	3.008,1	1.471,2
	74.078,3	39.552,4	59.425,7

A variação de 30/6/2001 para 31/12/2001 deve-se à explicitação da reserva de reavaliação resultante da reavaliação, para preços de mercado, dos imóveis do Grupo, que teve lugar em 31/12/2001, e aos efeitos da contabilização dos impostos diferidos sobre o rendimento. Por seu lado, a variação de 31/12/2001 para 30/6/2002 respeita aos resultados gerados pelas filiais no exercício de 2001 e que, naturalmente, foram aplicados em 2002.

13. As demonstrações financeiras integrantes deste relatório reportam-se à mesma data que as demonstrações financeiras da respectiva empresa-mãe.
14. Devido ao processo de reestruturação do Grupo, que passou pela fusão com o Grupo Atlantis e com a Vista Alegre-Sociedade de Controlo, SGPS, S.A, o universo da consolidação da VAA-Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A alterou-se de forma materialmente relevante. Por essa razão e considerando a composição actual do Grupo, procedemos à correcção das contas do primeiro semestre de 2001, tornando-as comparáveis, com as de igual período de 2002, no contexto do actual universo consolidado.

Resultados Semestrais Comparáveis

(10⁶ €.)

Rubricas	1º Sem 2002	1º Sem 2001	Δ %
Vendas	62.598	61.163	2,3%
Variação da produção	7.682	6.669	15,2%
Sub-total	70.280	67.832	3,6%
Consumos+subcontratos	16.864	16.979	-0,7%
Custos com pessoal	29.385	28.611	2,7%
Outros custos	16.023	16.530	-3,1%
Sub-total	62.272	62.120	0,2%
Resultado operativo	8.008	5.712	40,2%
Amortizações e provisões	10.367	8.245	25,7%
Resultado operacional	-2.359	-2.533	-6,9%
Resultados financeiros	-3.214	-3.516	-8,6%
Resultados extraordinários	124	-5	
RAI antes de interesses minoritários	-5.449	-6.054	-10,0%
Interesses minoritários	-2	-45	-95,6%
Resultado antes de IRC	-5.451	-6.099	-10,6%
IRC estimado	-1.086	-1.651	-34,2%
Resultado líquido	-4.365	-4.448	-1,9%
Cash-flow antes de IRC	4.918	2.191	124,5%

15. Os diversos elementos integrantes das contas consolidadas foram valorizados de acordo com critérios uniformes independentemente da consolidada que os detém.

16. Não foram praticados actos administrativo - comerciais com interesse exclusivamente fiscal.

18. Além de imóveis de rendimento com o valor líquido de 7.855,4 milhares de euros, nas contas consolidadas estão incluídos os seguintes investimentos financeiros:

(10³ €)

Título	Quant	Valor de compra	Equival. Patrimonial	Provisão	Valor de balanço
Cincominas, Lda	25,0%	299,3		124,7	174,6
Royal Worcester and Spod	25,0%	6.537,4	1.114,6		5.422,8
Cofina, SGPS, S.A	150.000	693,6		344,1	349,5
Duofil, Lda	10,0%	249,4			249,4
TVI, S.A	20.000	99,8		99,8	
Jotocar, S.A	80	0,4		0,4	
Vista Alegre do Brasil, Ltda	100,0%	8,3		8,3	
ACE-Arte da Mesa e Decoração	30,0%	74,8		74,8	
Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro	12	6,0			6,0
Internet, S.A	10.000	49,9		49,9	
Cooperativa Agrícola Aveiro, Ílhavo e Vagos	1	0,0		0,0	
LusitaniaGás, S.A		7,3			7,3
Títulos diversos (Brasil)		20,7		13,5	7,2
Títulos diversos (Espanha)		45,6			45,6
Revistone		59,9		59,9	
Cauliminas		346,7		346,7	
BPI, SGPS, S.A		6,4			6,4
VAI, SGPS, S.A	300	1,5			1,5
Printglass		5,0			5,0
ROL		3,6			3,6
Vitrocristal, ACE		15,0			15,0
Ind. Exp		1,8			1,8
Diversos		4,0		2,2	1,8
Totais		8.536,4	1.114,6	1.124,3	6.297,5

A participação na Cofina, SGPS, SA, foi valorizada com base na última cotação em bolsa, a participação na Royal Worcester and Spod, foi valorizada pelo método de equivalência patrimonial. Os restantes títulos foram valorizados pelo valor de aquisição e provisionados nos casos necessários.

IV – INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

21. As responsabilidades do Grupo Vista Alegre Atlantis encontram-se expressas no balanço de 30/6/2002 ou foram transferidas para Fundos de Pensões. De acordo com o estudo actuarial que foi elaborado por uma empresa da especialidade, as responsabilidades com pensões de reforma, transferíveis para o Fundo de Pensões Vista Alegre (Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, Interdec, Cerisol e Vista Alegre-Louças, Vidros e Utilidades) e para o Fundo de Pensões Atlantis (Atlantis-Cristais de Alcobaça, S.A e Crisal-Cristalaria Automática, S.A) em 31/12/2001, ascendiam a 5.061,2 milhares de euros, sendo a cobertura correspondente de 5.417,8 milhares de euros.

Responsabilidades Transferidas para os Fundos de Pensões (10 ³ €)						
Empresas	Responsabilidades			Cobertura		
	Reformados	Activos	Total	Valor do Fundo	Acréscimos de custos	Total
FPVA	1.841,3	2.036,0	3.877,3	4.002,3		4.002,3
INTERDECAL	6,9		6,9	28,8		28,8
CERISOL	143,9		143,9	123,8	20,1	143,9
VA-LVU	64,8		64,8	94,7		94,7
Sub-total	2.056,9	2.036,0	4.092,9	4.249,6	20,1	4.269,7
Atlantis	569,5	121,2	690,7	775,6		775,6
Crisal	142,4	135,2	277,6	372,5		372,5
Sub-total	711,9	256,4	968,3	1.148,1		1.148,1
TOTAL	2.768,8	2.292,4	5.061,2	5.397,7	20,1	5.417,8

Quanto às responsabilidades não transferíveis para o Fundo de Pensões, de acordo com o mesmo estudo actuarial, em 31/12/2001, cifravam-se em 3.056,1 milhares de euros.

Responsabilidades não Transferíveis para o Fundo de Pensões
(10³ €)

Empresa	Responsabilidades		
	Reformados	Activos	Total
Cerexport		36,9	36,9
FPVA	895,9		895,9
V.A.GRUPPO	2.123,3		2.123,3
TOTAIS	3.019,2	36,9	3.056,1

Os acréscimos anuais da responsabilidade com pensões de reforma, referentes a pessoal activo com direito a pensão, estão a ser imputados anualmente através da rubrica de Custos com o Pessoal.

22. A consolidante e as restantes empresas incluídas na consolidação não têm prestadas garantias, nomeadamente garantias reais.

V – INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

23. Critérios valorimétricos adoptados:

Imobilizações incorpóreas: Estão valorizadas ao custo histórico. Com excepção dos trespasses, que não são objecto de amortização, as amortizações são efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

Imobilizações corpóreas:

-Terrenos: valorizados de acordo com as notas explicativas nºs 8 e 9;

-Edifícios e outras construções: valorizados de acordo com as notas explicativas nºs 8 e 9;

Investimentos financeiros:

A participação de 150.000 acções na Cofina, SGPS, S.A foi valorizada à última cotação bolsista de Junho de 2002 e os restantes investimentos financeiros, não anuláveis na consolidação, estão mostrados no balanço consolidado a preços de aquisição e provisionados nos casos necessários.

Custos diferidos:

Esta rubrica, além da especialização corrente dos exercícios, integra custos que estão a ser repartidos por três a cinco exercícios e que, maioritariamente, respeitam a promoção da marca e do produto no mercado brasileiro, a material auxiliar de venda e a conservação plurienal e a estudos diversos de reorganização.

Existências:

-Matérias-primas, subsidiárias de consumo e mercadorias:

Estão valorizadas a custo médio ponderado de aquisição, incluindo as várias despesas até à entrada em armazém;

-Produtos em curso:

Foram valorizados a custo real de produção, que inclui materiais consumidos, mão de obra, amortizações e gastos gerais industriais, tendo-se em conta a fase de acabamento em que se encontram.

-Produtos acabados e intermédios:

Cerca de 5% do valor dos produtos acabados e intermédios resultou do custo real de produção, que incluiu materiais consumidos, mão de obra, amortizações e gastos gerais industriais. Os restantes 95% foram valorizados a custos standard, os quais não originaram desvios significativos em relação aos custos reais de produção.

-Provisões para depreciação de existências:

Foram calculadas com base em critérios de prudência e objectividade, tendo resultado um valor final, em 30/6/2002, de 10,7 milhões de euros.

Dívidas de e a terceiros:

Foram tomados os valores reais e, nos casos em que as mesmas estão fixadas em moeda estrangeira, procedeu-se à sua valorização de acordo com os correspondentes câmbios indicativos do final do semestre, conforme a nota 24 deste Anexo, tendo as diferenças de câmbio encontradas sido contabilizadas em resultados.

As provisões existentes para fazer face a créditos de cobrança duvidosa foram calculadas tendo por base o critério de prudência e objectividade, pelo que as mesmas reflectem o valor dos créditos potencialmente não recebíveis. O seu valor global atinge, neste momento cerca de 10,2 milhões de euros.

24. Para a conversão dos créditos e débitos expressos em moeda estrangeira à data do balanço, utilizámos os câmbios indicativos que se encontravam em vigor naquela data.

VI – INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

25. A rubrica 'despesas de instalação' inclui, essencialmente, gastos com a organização das empresas incluídas na consolidação, de que se destaca a implementação de um novo sistema integrado de informação, cujos valores estão a ser amortizados à taxa de 33,33% ao ano; Por sua vez, a rubrica de 'investigação e desenvolvimento' comporta estudos diversos e está a ser amortizada a taxas legais máximas; No que concerne à conta genérica de 'propriedade industrial e outros direitos e contratos', a mesma regista gastos referentes a contratos e outros direitos e a marcas e patentes, bem como a compra do usufruto que impendia sobre o edifício da sede do Grupo, estando a ser praticadas as taxas de amortização máximas legais.
27. Os movimentos ocorridos durante o primeiro semestre de 2002 nas rubricas do activo imobilizado bruto constantes do balanço consolidado, bem como nas respectivas amortizações e provisões acumuladas são os que se encontram expressos nos dois mapas seguintes.

Movimentos ocorridos no imobilizado bruto

(€)

Rubricas	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transf/abates	Saldo final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
Despesas de instalação	6.725.061	376.000		-31.334	7.069.727
Despesas de investigação e desenvolvimento	4.774.369	210.646		-32.385	4.952.630
Propriedade industrial e outros direitos	1.577.231	5.916		-37.159	1.545.988
Trespases	1.237.853				1.237.853
Imobilizações em curso	137.066	94.582		6.135	237.783
	14.451.580	687.144	0	-94.743	15.043.981
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
Terrenos e recursos naturais	22.413.142	8.217	73.466	-13.019	22.334.874
Edifícios e outras construções	81.289.145	230.258	284.944	-493.463	80.740.996
Equipamento básico	106.128.954	1.304.328	538.092	-56.740	106.951.930
Equipamento de transporte	3.236.253	79.315	299.437	-55.805	2.960.326
Ferramentas e utensílios	14.288.031	550.393	3.274	-9.301	14.825.849
Equipamento administrativo	12.921.266	366.788	44.899	-82.058	13.161.097
Outras imobilizações corpóreas	2.283.270	143.250	806	-120.930	2.304.784
Imobilizações em curso	1.811.093	3.859.932		-577.803	5.093.222
	244.371.154	6.542.481	1.244.918	-1.295.639	248.373.078
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
Partes de capital em empresas associadas	5.580.683				5.580.683
Títulos e outras aplicações financeiras	10.749.946			-45.153	10.704.793
	16.330.629	0	0	-45.153	16.285.476
TOTAL GERAL	275.153.363	7.229.625	1.244.918	-1.435.535	279.702.535

Amortizações e provisões do imobilizado

(€)

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
Despesas de instalação	4.204.729	754.124	-46.755	4.912.098
Despesas de investigação e desenvolvimento	3.837.781	337.548	-71.927	4.103.402
Propriedade industrial e outros direitos	587.962	68.188	-27.370	628.780
Trespases	85.793			85.793
	8.716.265	1.159.860	-146.052	9.730.073
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
Edifícios e outras construções	34.945.354	1.987.966	-306.057	36.627.263
Equipamento básico	71.158.495	4.098.979	-824.474	74.433.000
Equipamento de transporte	2.335.124	161.866	-329.201	2.167.789
Ferramentas e utensílios	10.734.226	1.033.493	-21.247	11.746.472
Equipamento administrativo	8.372.278	670.809	-12.113	9.030.974
Outras imobilizações corpóreas	785.503	54.601	-959	839.145
	128.330.980	8.007.714	-1.494.051	134.844.643
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				
Partes de capital em empresas associadas	70.632			70.632
Títulos e outras aplicações	2.000.991	119.579	-58.636	2.061.934
	2.071.623	119.579	-58.636	2.132.566
TOTAL GERAL	139.118.868	9.287.153	-1.698.739	146.707.282

28. Durante o primeiro semestre de 2002 não foram imobilizados quaisquer juros referentes a financiamento de imobilizações em curso.
31. Os elementos do activo circulante, foram valorizados de acordo com os critérios referidos nas notas anteriores, que não são superiores ao seu valor de mercado.
32. Não se prevê que, relativamente ao valor de balanço dos elementos do activo circulante, ocorram descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.
33. A consolidante e as suas filiais não têm, neste momento, financiamento vencíveis a mais de cinco anos.
34. Não existem garantias reais prestadas a terceiros para cobertura de dívidas incluídas no balanço consolidado à data de 30/6/2002.
35. Não existe diferença, levada ao activo, entre o valor das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.
36. Vendas e prestações de serviços, por mercados, em milhares de euros:

	M.I.	M.E.	TOTAL
Vendas	31.851,0	30.746,9	62.597,9
Prestações de serviços		31,2	31,2
Totais	<u>31.851,0</u>	<u>30.778,1</u>	<u>62.629,1</u>

37. Os critérios valorimétricos adoptados são os que consta da nota 23. Não foram praticadas amortizações e/ou provisões para efeitos meramente fiscais.
38. Relativamente aos exercícios anteriores e ao primeiro semestre de 2002, não se prevê diferenças materialmente relevantes entre os impostos imputados à demonstração dos resultados consolidados e os impostos já pagos ou a pagar.
39. As remunerações ilíquidas atribuídas aos membros e aos ex-membros dos diversos órgãos de administração e de fiscalização, no primeiro semestre de 2002, atingiram o montante ilíquido de 594,7 milhares de euros, assim distribuídos:

Órgãos de administração	400,8
Órgãos de fiscalização	47,9
Ex-membros de administração (pensões)	146,0

40. Quer a consolidante, quer as restantes empresas incluídas na consolidação não têm prestados adiantamentos ou empréstimos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do conjunto das empresas incluídas na consolidação.
41. A reavaliação do imobilizado corpóreo, com as nuances referidas na nota 23 deste Anexo, foi feita com base nos seguintes decretos-lei: 126/77, 219/82, 399-G/84, 118-B/86, 119/88, 41/91, 264/92 e 31/98. Os terrenos e os edifícios, conforme as notas 8 e 9, foram avaliados por uma empresa da especialidade e, com observância dos procedimentos definidos na Directriz Contabilística nº 16.
42. Efeito das sucessivas reavaliações nos valores líquidos contabilísticos do imobilizado constante do balanço consolidado à data de 30/6/2002, expresso em euros:

Efeito das sucessivas reavaliações			(10 ³ €)
Rubricas	Custo histórico	Acréscimo p/reavaliação	Valores contabilísticos
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	3.458.349	18.728.682	22.187.031
Edifícios e outras construções	15.722.034	22.251.485	37.973.519
Equipamento básico	253.648	56.538	310.186
Equipamento de transporte	3.911	666	4.577
Ferramentas e utensílios	552	112	664
Equipamento administrativo	11.394	3.673	15.067
	<u>19.449.888</u>	<u>41.041.156</u>	<u>60.491.044</u>
Investimentos financeiros:			
Investimentos em imóveis	826.346	7.029.099	7.855.445
Total Geral	<u>20.276.234</u>	<u>48.070.255</u>	<u>68.346.489</u>

44. Demonstração consolidada dos resultados financeiros semestrais.

Resultados Financeiros Consolidados					(10 ³ €)
CUSTOS E PERDAS	2002	2001	PROVEITOS E GANHOS	2002	2001
Juros suportados	2.756,0	2.912,9	Juros obtidos	54,5	24,8
Amortização investimentos em imóveis	119,6		Rendimentos de imóveis	27,8	44,1
Provisão para aplicações financeiras		0,1	Rendimentos de participações de capital	4,7	3,2
Diferenças de câmbio desfavoráveis	264,2	24,0	Diferenças de câmbio favoráveis	319,0	451,9
Descontos de pronto pag concedidos	165,6	108,9	Descontos de pronto pag obtidos	14,9	38,8
Outros custos e perdas financeiros	456,5	469,8	Outros proveitos e ganhos financeiros	6,4	18,6
Resultados financeiros	-3.334,6	-2.934,3			
	427,3	581,4		427,3	581,4

45. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários semestrais.

Resultados Extraordinários Consolidados					(10 ³ €)
CUSTOS E PERDAS	2002	2001	PROVEITOS E GANHOS	2002	2001
Donativos	19,1	45,9	Restituição de impostos		
Perdas em existências	4.412,7	182,7	Ganhos em existências	276,0	80,2
Perdas em imobilizações	25,1	224,9	Ganhos em imobilizações	188,1	25.020,5
Multas e penalidades	109,5	159,5	Benefícios de penalidades contratuais	12,4	18,5
Aumentos de amortizações e provisões		24.556,1	Redução de amortizações e provisões	5.222,7	1.577,8
Correcções relativas a exercícios anteriores	445,9	314,7	Correcções relativas a exercícios anteriores	270,4	135,4
Outros custos e perdas extraordinários	1.532,8	1.513,8	Outros proveitos e ganhos extraordinários	699,7	187,3
Resultados extraordinários	124,2	22,1			
	6.669,3	27.019,7		6.669,3	27.019,7

46. Provisões acumuladas, além das destinadas a investimentos financeiros, e respectivos movimentos no primeiro semestre de 2002:

Provisões Consolidadas					(10 ³ €)
Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final	
Provisões para cobranças duvidosas	10.067	363	238	10.192	
Provisões para pensões de reforma	2.936		156	2.780	
Provisões para outros riscos e encargos	5.596	127	1.368	4.355	
Provisões para depreciação de existências	13.932	588	3.774	10.746	
Totais	32.531	1.078	5.536	28.073	

47. Bens constantes do balanço consolidado em 30/6/2002 e que se encontram em regime de locação financeira, com valores expressos em euros:

Bem	Valor contabilístico	Empresa utilizadora
Terreno de edifício	116.073	VA-LVU
Edifício	282.056	VA-LVU
Viaturas	88.646	FPVA
Viaturas	14.568	CEREXPORT
Viaturas	57.859	ATLANTIS
	559.202	TOTAL

VII – INFORMAÇÕES DIVERSAS

48. Para os efeitos previstos no artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os accionistas ou grupos de accionistas que detêm uma participação igual ou superior a 10% no capital social da VAA-Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A são os seguintes:

Participações superiores a 10%

Accionistas	Acções		% Capital		% Direitos de Voto	
	Parcial	Acumulado	Parcial	Acumulado	Parcial	Acumulado
Grupo Familiar		11.141.948		20,7		20,7
Cofina, SGPS, S.A		10.712.006		19,9		19,9
Grupo BPI, SGPS, S.A		11.707.650		21,7		21,7
Grupo CGD:						
Caixa Desenv SGPS, S.A	5.333.120		9,9		9,9	
Caixa Banco Investº, S.A	67.020	5.400.140	0,1	10,0	0,1	10,0

49. Como consequência da fusão, com efeito em 1/6/2001, entre esta sociedade, a Vista Alegre - Sociedade de Controlo, SGPS, S.A e a Atlantis os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da VAA-Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A ficaram a deter as seguintes participações na sociedade:

Nomes	Quantidade de acções			% Capital e D. Voto
	Próprio	Conjuge	Total	
Eng Luís Aníbal de Azevedo Coutinho	1.124.450	550.276	1.674.726	3,10
Eng José Alfredo Salgueiro Ferreira Pinto	914.754		914.754	1,70
Eng Bernardo de Vasconcellos e Souza	567.687		567.687	1,05

VAA-Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A

(Sociedade Aberta)

Largo do Barão de Quintela, nº 3-1º- 1200-046 Lisboa
 Contribuinte nº 500.978.654
 Capital Social 53.954.745 euros
 Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 466

INFORMAÇÃO

prevista na alínea d) do n.1 do art.7 do Regulamento n.11/2000 da CMVM (aditado pelo Regulamento da CMVM n.24/2000)

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Lista das Participações Qualificadas, nos termos do artigo 6º do Regulamento CVM nº 11/2000 com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento da CMVM nº 24/2000:

Accionistas	Acções		% Capital		% Direitos de Voto	
	Parcial	Acumulado	Parcial	Acumulado	Parcial	Acumulado
Grupo Familiar:						
Eng Luís Aníbal S. Azevedo Coutinho e Mulher	1.674.727		3,1		3,1	
Outros (individualmente inferiores a 2%)	9.467.221	11.141.948	17,5	20,7	17,5	20,7
Cofina, SGPS, S.A		10.712.006		19,9		19,9
Grupo BPI, SGPS, S.A: (posição em 17/7/02)						
BPI Ventures,SGPS, S.A	6.623.044		12,3		12,3	
INTER-RISCO-Soc. De Capital de Risco, S.A	2.757.038		5,1		5,1	
FRIE Inter-Risco	1.017.358		1,9		1,9	
BPI Fundos-Gestão de Fundos Inv. Mob., S.A	1.235.940		2,3		2,3	
Gestão discricionária	74.270	11.707.650	0,1	21,7	0,1	21,7
Grupo CGD:						
Caixa Desenv. SGPS, S.A	5.333.120		9,9		9,9	
Caixa Banco Investº, S.A	67.020	5.400.140	0,1	10,0	0,1	10,0

INFORMAÇÃO

prevista na alínea b) do n.1 do art.7 do Regulamento n.11/2000 da CMVM (aditado pelo Regulamento da CMVM n.24/2000)

Nos termos e para os efeitos do nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informamos que os membros dos órgãos sociais da VAA-Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A não transaccionaram, no primeiro semestre de 2002, acções representativas do capital social da empresa, mantendo, nesta data, as que detinham em 31/12/2001.

Acções detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização

Nome	Cargo	Acções detidas		
		Próprio	Conjuge	Total
Eng Bernardo Luís de Azevedo de Vasconcelos e Sousa	PCA	567.687		567.687
Eng José Alfredo Salgueiro Ferreira Pinto	Vogal CA	914.754		914.754
Eng Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho	Vogal CA	1.124.450	550.276	1.674.726

Durante o primeiro semestre de 2002, não foram pedidas autorizações nem realizados quaisquer negócios entre a empresa e os membros dos seus órgãos sociais.

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002, da VAA - VISTA ALEGRE ATLANTIS, SGPS, SA, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 245 277 349 euros e um total de capital próprio de 41 006 977 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4 362 523 euros) e na Demonstração consolidada dos resultados do período findo naquela data e no correspondente Anexo.

2. As quantias das demonstrações financeiras consolidadas, bem como da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

- a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações;
- b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
- c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira acima referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho, foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;

- a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias, a uniformidade e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira;
 - se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado e aquelas em que tenham sido obtido informações contraditórias.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os documentos anteriormente referidos:
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

CONCLUSÕES

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2002 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior entendemos dever salientar o seguinte:
- 9.1 Em consequência das operações de cisão-fusão concretizadas no final do ano de 2001 as demonstrações financeiras semestrais apresentadas não são directamente comparáveis. Contudo, a Empresa apresenta informação complementar na nota 14 do Anexo que permite uma análise comparativa dos resultados.
- 9.2 Conforme se refere na nota 8 do Anexo, no exercício de 2001, a Empresa procedeu à alteração das políticas contabilísticas que vinham sendo adoptadas relativamente (i) ao tratamento das diferenças de consolidação, (ii) à reavaliação de determinados activos imobilizados tangíveis (imóveis) que foram objecto de reavaliação livre, (iii) ao reforço extraordinário das provisões para correcção de valores activos e para reconhecimento de riscos e encargos e (iv) ao reconhecimento nas demonstrações financeiras consolidadas de passivos e activos por impostos diferidos.
- 9.3 O Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2002, por nós subscrito em 17 de Setembro de 2001, continha três reservas, relativas a situações que nas demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2002 se encontram adequadamente regularizadas.

Lisboa, 16 de Setembro de 2002

A.GONÇALVES MONTEIRO E ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por António Gonçalves Monteiro